



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

## CONTADOR

---

---

### INSTRUÇÕES:

Você receberá do fiscal: um **caderno de questões** e um **cartão de respostas** personalizado.  
As páginas do **caderno de questões** estão numeradas seqüencialmente e contêm 50 questões.

#### ATENÇÃO !

- 1 - Verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- 2 - Verifique no verso do **cartão de respostas**, se seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo para o qual concorre estão corretos.
- 3 - Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a opção que a responde corretamente.
- 4 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 5 - Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do **chefe de local**.
- 6 - Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**.
- 7 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** no verso.

---

### CALENDÁRIO PREVISTO

Divulgação do Gabarito - 04/06/2000

Prazo de Recurso - 05 e 06/06/2000

Dirigir o pedido de revisão ao Coordenador Geral do Concurso e entregá-lo no Protocolo da FMS, Av. Amaral Peixoto, 171, 4º andar - Centro - Niterói.

Obs.: Não serão recebidos recursos em local diverso do acima referido.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

**1** - À concepção do Sistema Único de Saúde (SUS), regulado pelo poder do Estado, corresponde:

- a) uma noção autoritária de política social que bloqueia o direito à livre organização do trabalho em saúde em um contexto de cidadania restrito
- b) uma noção socialista de que a atenção à saúde deve ser estatal em um contexto de cidadania restrito
- c) uma noção centralizadora e vertical de Estado como gestor único das políticas de saúde em um contexto de cidadania regulada
- d) uma noção de Estado de bem-estar em que direitos sociais são elemento essencial em um contexto de cidadania plena

**2** - O modelo médico assistencial dominante nos anos 70 caracterizou-se, principalmente, pela oferta de serviços de saúde da seguinte forma:

- a) universal à população brasileira, através da compra de serviços privados por meio do Instituto Nacional da Previdência Social
- b) prioritário às populações urbanas, através da compra de serviços privados por meio das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde
- c) prioritário às populações inseridas no mercado de trabalho formal, através da compra de serviços privados por meio do Instituto Nacional de Previdência Social
- d) universal à população brasileira pelo Ministério da Saúde, complementado através da compra de serviços privados para os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal

**3** - A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em 1986, apresenta a saúde como:

- a) resultado do acesso do cidadão aos serviços de saúde, tanto preventivos quanto curativos
- b) resultado da organização social da produção, abrangendo diversos aspectos das condições de vida
- c) um completo estado de bem-estar físico, psíquico e social, e não simplesmente a ausência de doença
- d) um estado ótimo de adaptação do indivíduo, entre seu meio ambiente físico e social e suas características psíquicas

**4** - A Lei 8.080, sobre o Sistema Único de Saúde, pode ser considerada insatisfatória no seguinte aspecto:

- a) a população está excluída dos fóruns de discussão e decisão, mantidas as antigas estruturas decisórias nas mãos de grupos fechados nos gabinetes do Estado
- b) a estrutura proposta para o SUS termina por manter a antiga dicotomia ações preventivas x ações curativas
- c) a proposta de descentralização é frágil e não permite a quebra da tradição brasileira de centralização de decisões em nível federal
- d) as relações políticas e financeiras do SUS com o chamado sistema de atenção médica supletiva não foram regulamentadas

**5** - Segundo a Norma Operacional Básica 96 (NOB) do Ministério da Saúde, gerência é definida como:

- a) a direção de um sistema de saúde municipal, estadual ou nacional
- b) a administração de uma unidade ou órgão de saúde prestador de serviços ao SUS
- c) a administração de uma unidade ou órgão de saúde ou a direção de um sistema de saúde municipalizado
- d) a direção de órgãos coordenadores de atividades de saúde no nível municipal, como a Vigilância Epidemiológica e a Vigilância Sanitária

**6** - Segundo a Norma Operacional Básica 96, o Piso de Atenção Básica (PAB) é:

- a) um conjunto de ações de saúde consideradas básicas no nível de atenção primária
- b) um montante financeiro definido por um valor *per capita* multiplicado pela população de cada município
- c) um conjunto de ações de saúde considerado suficiente para ser oferecido gratuitamente à população
- d) um montante financeiro definido por um valor *per capita* multiplicado pela população de cada estado e por este redistribuído aos municípios

**7** - A condição essencial para um município obter gestão plena do sistema de saúde municipal é apresentar:

- a) um Conselho Municipal de Saúde organizado
- b) uma rede de prestação de serviços própria, pelo menos nos níveis primário e secundário
- c) um plano de consórcio com municípios vizinhos, para oferecer uma rede de serviços completa à população
- d) uma rede de prestação de serviços própria, pelo menos em no nível primário, podendo conveniar e credenciar os níveis mais complexos

**8** - A proposta de estimular a atividade comunitária junto aos serviços de saúde na condução do SUS tem como objetivo explícito:

- a) incrementar a participação e controle social
- b) economizar gastos com recursos humanos
- c) disciplinar, controlar e reprimir a população
- d) economizar gastos com infra-estrutura de saneamento

**9** - O enfoque epidemiológico no modelo de atenção à saúde proposto pela Norma Operacional Básica 96 recomenda aos municípios que:

- a) restrinjam as ações de saúde àquelas de cunho estritamente preventivo, pois são muito mais eficazes
- b) identifiquem grupos de risco em cada município, para a eventualidade de ser necessário isolá-los em quarentena
- c) privilegiem as ações de saúde centradas no meio ambiente, na qualidade de vida e na noção de atenção integral à saúde
- d) notifiquem a emergência de epidemias em seu território à Fundação Nacional de Saúde, para que esta proceda a campanhas de imunização

**10** - Segundo a Norma Operacional Básica 96, a relação entre os serviços de saúde e a população deve ter, como foco principal, uma ética pautada por:

- a) lógica política vigente em cada município
- b) princípios básicos do código de ética médica
- c) proposta coletiva que transcende o individual
- d) padrões regionais definidos nas constituições estaduais

## CONTADOR

**11** - Um investimento será considerado relevante para aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) quando:

- a) a empresa investidora possuir 20% do capital da controlada
- b) a empresa investir 10% individualmente, ou 15%, no conjunto, do patrimônio líquido da controlada
- c) os valores dos investimentos em coligadas ou controladas forem, isoladamente, iguais ou superiores a 10% do patrimônio líquido da investidora ou, então, quando o montante dos investimentos realizados, conjuntamente, em coligadas e controladas for igual ou superior a 15% do patrimônio líquido da investidora
- d) a empresa investidora possuir 15% do capital da coligada ou controlada

**12** - Uma empresa, modernizando o seu parque industrial, adquiriu um novo equipamento, pagando uma parcela à vista, através de cheque no valor de R\$ 250.000, e complementou o valor integral da compra realizada, entregando ao fornecedor um equipamento usado e já em estado de obsolescência, baixado do seu Ativo Permanente, com um custo histórico de R\$ 80.000 e já depreciado, até esse momento, em 60% da sua vida útil.

O novo equipamento adquirido foi registrado no patrimônio da empresa com o valor de:

- a) R\$ 250.000
- b) R\$ 282.000
- c) R\$ 298.000
- d) R\$ 330.000

**13** - A transação descrita na questão anterior corresponde a um fato contábil da seguinte natureza:

- a) permutativo
- b) misto-aumentativo
- c) modificativo-diminutivo
- d) modificativo-aumentativo

**14** - A Cia. "BETALUX" S.A, por decisão de seus administradores, retirou do seu aparelhamento industrial um equipamento já em estado de completo obsolescência, vendendo-o à vista por R\$ 180.000. Da sua contabilidade foram obtidos alguns dados:

- I) no Ativo Permanente-Imobilizado, as contas “Equipamentos e Acessórios” e “Depreciação Acumulada” tinham, respectivamente, o saldo de R\$ 2.650.000 e R\$ 970.000
- II) o custo histórico do equipamento baixado era de R\$ 450.000 e a sua respectiva depreciação acumulada de R\$ 180.000
- III) antes da realização da baixa e venda do equipamento, o Ativo Total da Companhia era de R\$ 12.000.000 e o seu Passivo, de R\$ 8.000.000.

Após a operação de venda, o valor contábil de “Equipamentos e Acessórios” e o montante do “Patrimônio Líquido” da empresa correspondiam, respectivamente, aos seguintes valores:

- a) R\$ 1.410.000 e R\$ 4.180.000
- b) R\$ 1.860.000 e R\$ 3.820.000
- c) R\$ 2.200.000 e R\$ 3.910.000
- d) R\$ 2.380.000 e R\$ 4.450.000

**15** - Dentre as alternativas abaixo, aquela pela qual pode-se fazer a opção de constituir “Reservas de Lucros a Realizar”, conforme estabelecido pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é :

- a) valor arrecadado proveniente da alienação de bônus de subscrição
- b) ganhos de capital na venda de equipamentos registrados no Ativo Imobilizado
- c) lucro em vendas realizadas a prazo, cuja realização financeira ocorrerá antes do término do exercício subsequente
- d) aumento do valor do investimento em empresas coligadas e controladas, pelo método da equivalência patrimonial

**16** - A alternativa que implica em um aporte de novos recursos financeiros à disposição de uma empresa é:

- a) reavaliação de bens integrantes do ativo imobilizado
- b) conversão de dívidas anteriormente assumidas, relativa ao perdão dos credores
- c) nova e direta integralização de capital realizada em dinheiro, bens ou direitos sobre terceiros
- d) incorporação ao capital social de reservas de lucros e reservas de capital existentes e constituídas em exercícios anteriores

**17** - De posse das demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios da Empresa ALFABETA S.A, observamos as seguintes informações:

- valor do capital circulante líquido :

- em 31/12/19x1 : R\$ 240.000
- em 31/12/19x2 : R\$ 450.000

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) referente ao exercício de 19x2, o valor do total das “Aplicações” era de R\$ 1.460.000.

Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que o valor das origens de recursos na DOAR, de 31/12/19x2, foi de :

- a) R\$ 1.250.000
- b) R\$ 1.460.000
- c) R\$ 1.670.000
- d) R\$ 1.910.000

**18** - O saldo da conta “Duplicatas a Receber” da Cia. CONSTELAÇÃO S.A, constante do Razão, no encerramento do exercício em 31/12/19x6, correspondia ao valor de R\$ 345.000, e estava assim constituído :

- I) do total, R\$ 25.000 referiam-se a duplicatas sacadas contra a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro
- II) R\$ 15.000 correspondiam ao valor total a receber da Empresa JULIET Ltda., cuja falência foi decretada em 12/12/19x6
- III) R\$ 50.000 correspondiam a vendas efetuadas a prazo a diversos clientes antigos com garantia real
- IV) o restante equivalia a duplicatas sacadas contra diversos clientes, a receber até o final do exercício subsequente

Os créditos junto à empresa falida não foram habilitados e o percentual da relação entre os créditos não recebidos e o total a receber demonstrado nos balanços referentes aos últimos cinco anos foram os seguintes:

- 19x1 ..... 3%                      19x4 ..... 5%
- 19x2 ..... 4%                      19x5 ..... 4%
- 19x3 ..... 6%

Tomando por base os dados informados, o valor a ser constituído e contabilizado na conta “Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa” em 31/12/19x6, uma vez que o saldo constante do balanço no início do exercício, da respectiva conta, foi totalmente utilizado, deverá ser de:

- a) R\$ 15.000
- b) R\$ 13.500
- c) R\$ 12.750
- d) R\$ 11.220

**19** - Com base no artigo 183 da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), as mercadorias e produtos para venda, bem como as matérias-primas e bens em almoxarifado, para fins de levantamento de balanço, deverão ser avaliados, de acordo com o seguinte critério:

- a) pelo custo de aquisição ou produção, deduzidos da provisão para ajustá-los ao valor de mercado, quando este for inferior
- b) somente pelo custo de aquisição, uma vez que, na data de compra, a empresa desembolsa o valor correspondente, por se tratar de um fato essencialmente permutativo
- c) pelo custo de aquisição ou produção, acrescentado da variação do Índice de Preços ao Consumidor correspondente ao período entre a efetiva aquisição e a data do levantamento do balanço patrimonial.
- d) pelo custo de aquisição ou produção, acrescentado da parcela para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for bem maior, para que se obtenha um maior lucro operacional nas vendas a serem realizadas

**20** - No final do exercício, a Demonstração do Resultado do Exercício da Empresa ALVORADA S.A indicava um Lucro Final antes da Provisão do Imposto de Renda igual a R\$ 630.000. O estatuto da companhia previa as seguintes participações:

- empregados : 10%
- administradores : 8%
- partes beneficiárias : 5%

O valor da “Provisão para o Imposto de Renda”, após os ajustes necessários, foi R\$ 130.000.

A partir dessas informações, o contador da empresa, com base nas normas contábeis chegaria ao seguinte valor do Lucro Líquido do Exercício:

- a) R\$ 355.100
- b) R\$ 385.000
- c) R\$ 393.300
- d) R\$ 485.000

**21** - O processo utilizado na análise e interpretação das Demonstrações Contábeis, visando a um estudo crítico da situação do patrimônio de uma entidade, em dado momento, empregando a técnica que tem por finalidade avaliar a proporção de cada elemento em relação ao total de que faz parte, denomina-se:

- a) Análise por Diferenças Absolutas
- b) Análise de Quociente ou Razão
- c) Análise de Evolução
- d) Análise de Estrutura

**22** - O indicador financeiro que tem a finalidade de medir a capacidade financeira a curto prazo de uma empresa, obtido da comparação da soma das disponibilidades líquidas e dos direitos realizáveis a curto prazo, com o total das suas exigibilidades registradas no Passivo Circulante, denomina-se:

- a) Endividamento Total
- b) Índice de Liquidez Seca
- c) Índice de Liquidez Corrente
- d) Índice de Liquidez Instantânea

Com base nas informações a seguir, responda às questões de números **23** e **24**

Uma empresa comercial não adota nenhum controle permanente sobre seus estoques de mercadorias, deixando para fazer o levantamento do custo das vendas e levantamento do inventário ao final do exercício financeiro. Nos registros efetuados na Contabilidade, obtemos, entre outros, os seguintes dados em 31/12/19x0:

Vendas Brutas no Período	R\$ 95.000
Estoque no Início do Exercício	R\$ 30.000
Vendas Canceladas do Exercício Anterior	R\$ 5.000
Devolução de Compras Realizadas no Período	R\$ 4.000
Descontos Comerciais Concedidos	R\$ 3.000
Descontos Comerciais Obtidos	R\$ 2.000
Devolução de Vendas do Exercício	R\$ 5.000
ICMS sobre Vendas	R\$ 8.000
Compras Realizadas	R\$ 55.000
Frete e Seguro sobre Compras	R\$ 1.000
IPI sobre Faturamento	R\$ 4.000
Frete sobre Vendas Realizadas	R\$ 1.200
Mercadorias em Estoque no Final do Exercício	R\$ 12.000
ICMS sobre Compras	R\$ 5.500

**23** - O valor das vendas líquidas do período é:

- a) R\$ 79.000
- b) R\$ 75.000
- c) R\$ 71.000
- d) R\$ 70.000

**24** - O Resultado Operacional Bruto, apurado em 31/12/19x0, indica o valor de:

- a) R\$ 7.000
- b) R\$ 11.000
- c) R\$ 12.500
- d) R\$ 16.500

**25** - O prejuízo apurado no exercício que se encerra, na elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), será considerado como:

- a) aplicação de recursos
- b) origem positiva de recursos
- c) origem negativa de recursos
- d) alteração do Capital Circulante Líquido (CCL)

**26** - O lucro líquido do exercício do período-base deve ser apurado segundo o regime de competência, ressalvadas as exceções determinadas pela legislação fiscal. O conceito de "Lucro Líquido do Exercício" corresponde ao :

- a) resultado do exercício depois do imposto de renda, deduzindo-se os dividendos propostos a pagar
- b) resultado final depois do imposto de renda com dedução somente das participações definidas em estatutos
- c) resultado do exercício depois do imposto de renda, deduzindo-se somente as contribuições a instituições ou fundos de assistência ou previdência dos empregados da empresa
- d) resultado final depois do imposto de renda, com dedução das participações societárias e das contribuições a instituições ou fundo de assistência ou previdência dos empregados

**27** - Uma empresa comercial revendedora de mercadorias, contribuinte do ICMS, realizou uma venda a terceiros à vista, nas seguintes condições estabelecidas:

- I) valor total das mercadorias vendidas: R\$ 10.000
- II) desconto ofertado na ocasião da venda: 10%
- III) valor do frete/transporte por conta da vendedora: R\$ 200
- IV) alíquota do ICMS incidente na operação: 15%

O valor correspondente à parcela do ICMS sobre Vendas, a ser destacado e contabilizado, é igual a:

- a) R\$ 1.350
- b) R\$ 1.380
- c) R\$ 1.500
- d) R\$ 1.530

**28** - Uma empresa que adota o inventário permanente para controlar suas mercadorias e produtos para revenda, como também, o custo dessas vendas, determinará que:

- a) o estoque final avaliado pelo método PEPS terá o valor correspondente às últimas aquisições efetuadas
- b) estoque final terá o valor correspondente às compras deduzido do valor das vendas realizadas no período considerado
- c) o estoque final avaliado a preço médio será maior que o mesmo estoque avaliado pelo método PEPS, num regime de preços inflacionários
- d) o estoque final avaliado a preço médio será menor que o mesmo estoque avaliado pelo método UEPS, num período de preços crescentes

**29** - "Ágio na Subscrição de Ações" é uma conta que será classificada e demonstrada no balanço patrimonial de final de exercício, de uma sociedade por ações, no seguinte grupo:

- a) Ativo Circulante – Investimentos Temporários
- b) Patrimônio Líquido – Reservas de Capital
- c) Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros
- d) Ativo Permanente – Investimento

**30** - Uma empresa adquiriu um equipamento para o seu parque industrial, de acordo com os dados fornecidos abaixo :

- data da aquisição: 01/06/1999
- data da instalação e início de operação: 01/07/1999
- valor do equipamento: R\$ 28.000
- ICMS incidente: 15%
- alíquota do IPI incidente: 10%
- vida útil estimada do equipamento: 10 anos
- valor residual estipulado para o equipamento: R\$ 800

O valor total da parcela de depreciação apropriada e levada ao resultado como despesa no exercício é:

- a) R\$ 1.995
- b) R\$ 1.750
- c) R\$ 1.710
- d) R\$ 1.500

**31** - Observe as informações a seguir:

Saldo de Lucros Acumulados em 31/12/19x1	R\$ 15.000
Provisão para o Imposto de Renda constituída a menor no encerramento do exercício de 19x1	R\$ 1.000
Reversão de Reservas :	
Reserva para Contingências	R\$ 500
Reserva de Lucros a Realizar	R\$ 1.500
Lucro Líquido do Exercício (31/12/19x2)	R\$ 4.000
Proposta de Destinação do Lucro :	
Reserva Legal	R\$ 200
Reserva Estatutária	R\$ 800
Reserva para Expansão	R\$ 2.000
Dividendos Propostos a distribuir	R\$ 1.000

O valor dos Lucros Acumulados em 31/12/19x2 é:

- a) R\$ 13.000
- b) R\$ 15.000
- c) R\$ 16.000
- d) R\$ 20.000

**32** - A despesa orçamentária empenhada, mas não paga até o último dia do exercício financeiro vigente, constitui uma Dívida Pública, em razão de ser um compromisso assumido pelo Estado com terceiros. De acordo com a sua natureza, será classificada como dívida

- a) consolidada
- b) flutuante
- c) fundada
- d) residual

**33** - Os ingressos provenientes da arrecadação, durante o exercício financeiro, de multas, cobranças da dívida ativa, indenizações, restituições e outras receitas sem denominação específica, serão classificados, doutrinariamente, segundo a sua procedência, como receita:

- a) derivada
- b) ordinária
- c) originária
- d) de transferência corrente

**34** - Uma Prefeitura, durante o exercício financeiro de 19x1, registrou na sua contabilidade os seguintes ingressos:

Aluguéis de Imóveis	R\$	1.500
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$	2.500
Alienação de Bens Imóveis	R\$	1.500
Dividendos de Empresas Públicas	R\$	500
Operações de Crédito Internas	R\$	2.000
Arrendamentos	R\$	1.000
Multas e Juros de Mora das Contribuições	R\$	500
Depósitos Diversos	R\$	1.500
Antecipação de Receitas Orçamentárias	R\$	2.000
Juros de Títulos de Renda	R\$	500

Com base nesses dados, podemos concluir que, na elaboração do Balanço Orçamentário (anexo 12 da Lei nº 4.320/64), o montante referente às Receitas de Capital será de:

- a) R\$ 2.000
- b) R\$ 2.500
- c) R\$ 3.500
- d) R\$ 4.500

**35** - Com base na classificação funcional-programática da Despesa Pública, pode-se apontar como característica de uma Atividade:

- a) ser limitada no tempo
- b) ser parte do desdobramento de um programa de governo
- c) ter objetivos concretos que podem ser medidos, física e financeiramente
- d) ter objetivos que normalmente podem ser avaliados e medidos quantitativamente

**36** - Numere a segunda coluna de acordo com a primeira:

**1ª Coluna**                      **2ª Coluna**

- 1 - Despesas Correntes ( ) pagamento de salários
- 2 - Despesas de Capital ( ) receitas tributárias, industriais
- 3 - Receitas Correntes ( ) investimentos e inversões financeiras
- 4 - Receitas de Capital ( ) constituição de dívidas, alienação de bens

A seqüência correta é:

- a) 1    2    3    4
- b) 1    3    2    4
- c) 1    3    4    2
- d) 1    4    3    2

**37** - A descentralização de créditos orçamentários é uma operação realizada por uma unidade orçamentária que transfere para outra unidade orçamentária o poder de utilizar créditos que antes lhe foram dotados. Esta operação provoca registros simultâneos nas duas unidades. A conta que deverá ser debitada no sistema orçamentário da unidade concedente é:

- a) Crédito Disponível
- b) Créditos Indisponíveis
- c) Orçamento da Despesa
- d) Provisão/Destaque Concedido

**38** - No decorrer do exercício financeiro de 19x1, uma Prefeitura doou a uma instituição de caridade, vários microcomputadores, já em estado de certa obsolescência, que estavam registrados no seu patrimônio. Essa operação provocou um reflexo diminutivo no Resultado do Exercício que deverá ser demonstrado. Na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei n.º 4.320/64), essa informação deverá fazer parte do seguinte grupo:

- a) Variação Ativa Orçamentária
- b) Variação Passiva Orçamentária
- c) Variação Ativa Extra-orçamentária
- d) Variação Passiva Extra-orçamentária

**39** - Para resolver o grande déficit de salas de aulas existente no município, a Prefeitura adquiriu o Educandário Progresso (instituição privada em funcionamento). A despesa foi devidamente autorizada em Lei Orçamentária. Com base na Lei n.º 4.320, de 17/3/64, essa despesa seria classificada como:

- a) Obras e Instalações
- b) Aquisições de Imóveis
- c) Transferências a Instituições Privadas
- d) Aquisições de Outros Bens de Capital já em utilização

Considere as informações abaixo para responder as questões de números **40** e **41**

Tendo em vista a execução orçamentária da Prefeitura, no final do exercício de 19x5, as seguintes contas do sistema orçamentário apresentavam como saldo:

Orçamento da Receita	R\$	100.000
Orçamento da Despesa	R\$	100.000
Execução da Receita	R\$	95.000
Execução da Despesa	R\$	77.000
Crédito Disponível	R\$	23.000

**40** - A Economia Orçamentária verificada no exercício findo foi igual a :

- a) R\$ 5.000
- b) R\$ 18.000
- c) R\$ 23.000
- d) ZERO

**41** - valor alcançado do Resultado da Execução Orçamentária no exercício encerrado foi de:

- a) R\$ 5.000
- b) R\$ 18.000
- c) R\$ 23.000
- d) ZERO

**42** - Uma Prefeitura, no final do exercício de 19x1, obteve um empréstimo junto ao BNDES para a construção de uma rodovia, ligando um porto a um distrito industrial, para facilitar o escoamento da produção. O contrato formalizado previa que o empréstimo seria amortizado mensalmente, juntamente com o pagamento dos juros. No orçamento para o exercício subsequente, isto é, o de 19x2, as despesas referentes aos pagamentos das parcelas de juros e amortização devem se classificadas como :

- a) a parcela de juros como Despesas de Custeio e a parcela relativa à amortização como Investimento
- b) a parcela de juros como Transferência Corrente e a parcela relativa à amortização como Transferência de Capital
- c) a parcela relativa à amortização como Transferência Corrente e a parcela de juros como Transferência de Capital
- d) despesas extra-orçamentárias, pois referem-se somente a uma devolução de recursos de terceiros cedidos anteriormente

**43** - Os créditos adicionais suplementares, destinados a reforçar as dotações orçamentárias que são ou se tornaram insuficientes e dependem da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa, devem ser precedidos de exposição de justificativa, autorizados por lei e abertos por decreto executivo. Um dos recursos disponíveis para a sua abertura é o "Superávit Financeiro" que, nos termos da Lei n.º 4.320/64, é apurado na seguinte demonstração contábil:

- a) Balanço Orçamentário (Anexo 12)
- b) Balanço Financeiro (Anexo 13)
- c) das Variações Patrimoniais (Anexo 15)
- d) Balanço Patrimonial (Anexo 14)

**44** - Observe os seguintes dados e fatos relativos à execução orçamentária e financeira de uma Prefeitura, no atual exercício financeiro:

- I) Anulação de uma dotação de R\$ 450, em virtude de não ser mais necessária sua utilização
- II) Ativo Financeiro indicava um montante de R\$ 620 e o seu Passivo Financeiro R\$ 570, no Balanço Patrimonial do exercício anterior
- III) Abertura de um crédito extraordinário no valor de R\$ 350, para recuperação das estradas do município afetadas nas últimas chuvas
- IV) Autorização de abertura de um crédito especial de R\$ 800, em outubro do exercício anterior, sendo que o seu saldo atual é de R\$ 150
- V) Execução de R\$ 900, até o presente momento, de uma receita de R\$ 1.200, sendo esperado até o final do exercício uma arrecadação na ordem de R\$ 350

O montante dos recursos financeiros disponíveis para abertura de crédito suplementar será o seguinte:

- a) R\$ 150
- b) R\$ 200
- c) R\$ 550
- d) R\$ 650

**45** - Observe os dados abaixo:

Receitas Arrecadadas	R\$	27.500
Inscrição da Dívida Ativa	R\$	4.250
Despesas Realizadas	R\$	24.500
Cancelamento da Dívida Ativa	R\$	8.750
Aquisição de Bens Móveis	R\$	1.100
Cobrança da Dívida Ativa	R\$	3.500
Amortização de Empréstimos	R\$	4.000
Alienação de Bens Móveis	R\$	1.250
Empréstimos Tomados	R\$	900

A alternativa que indica o valor do Resultado Econômico alcançado no exercício findo em 31/12/19x1, relativa à execução orçamentária de uma Prefeitura, é:

- a) superávit de R\$ 6.700
- b) déficit de R\$ 5.000
- c) superávit de R\$ 2.450
- d) déficit de R\$ 2.050

**46** - A Prefeitura da Cidade, ao elaborar o seu orçamento para o corrente exercício financeiro, indicou, como uma das fontes de recursos a serem arrecadados, a parcela proveniente do pagamento do imposto predial e territorial urbano dos imóveis cadastrados, com o montante orçado em R\$ 5.000.000, cujo ingresso estava previsto para ocorrer até o final do mês de março. No início do exercício, a Prefeitura emitiu os carnês de pagamento e enviou-os aos contribuintes. O órgão de contabilidade da Prefeitura providenciou os registros necessários, efetuando os seguintes estágios da receita pública:

- a) previsão e lançamento
- b) previsão e arrecadação
- c) previsão e recolhimento
- d) lançamento e arrecadação

**47** - A insuficiência de arrecadação de receitas orçamentárias previstas no orçamento ao se elaborar o Balanço Orçamentário do exercício financeiro, será representada pelo:

- a) déficit orçamentário
- b) superávit orçamentário
- c) resultado da diferença a maior entre a previsão e a execução da receita
- d) resultado da diferença a menor entre a previsão e a execução da receita

**48** - Balanço Patrimonial de uma Prefeitura, estava assim demonstrado em 31/12/19x1:

Bancos	R\$ 2.000	Restos a Pagar	R\$ 1.200
Imóveis	<u>R\$ 4.000</u>	Patrimônio	<u>R\$ 4.800</u>
	R\$ 6.000		R\$ 6.000

Durante o exercício financeiro de 19x2, ocorreram as seguintes operações :

Recebimento de Receitas Correntes	R\$ 1.200
Alienação de um Imóvel	R\$ 600
Pagamento dos Salários dos Servidores	R\$ 680
Aquisição de Equipamentos	R\$ 320
Incorporações de Bens Móveis Doados por Terceiros	R\$ 400

Com base nos dados acima, o Resultado Financeiro obtido no exercício encerrado em 31/12/19x2 foi de :

- a) R\$ 600
- b) R\$ 800
- c) R\$ 1.200
- d) R\$ 2.800

**49** - Uma unidade orçamentária recebeu, no início do exercício financeiro de 1999, uma dotação na rubrica "Material de Consumo", no valor de R\$ 300.000. Deste crédito inicial, foram empenhados e pagos R\$ 295.000. Durante o exercício, foram autorizados e abertos os seguintes créditos adicionais :

- em 30/06, crédito especial no valor de R\$ 150.000
- em 20/10, crédito especial no valor de R\$ 180.000
- em 10/12, crédito extraordinário no valor de R\$ 50.000

Com bases nos dados informados e sabendo-se que todos os créditos adicionais autorizados apresentavam saldo equivalente a 10% do seu valor inicial, pode-se concluir que o valor da parcela dos créditos distribuídos no exercício de 1999, e que poderiam ser reabertos no Orçamento de 2.000, seria equivalente a:

- a) R\$ 10.000
- b) R\$ 23.000
- c) R\$ 38.000
- d) R\$ 43.000

**50** - Os bens públicos destinados à execução dos serviços públicos, assim como aqueles indispensáveis ao funcionamento das atividades do governo, que são avaliados, inventariados e inalienáveis, quando empregados nas atividades do Estado, fazendo, conseqüentemente, parte do patrimônio administrativo do Estado, são classificados, segundo o critério jurídico, em:

- a) de uso comum do povo
- b) de domínio público
- c) de uso especial
- d) dominiais